

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2019 foi de inúmeras conquistas. Em janeiro, a UHE Lajeado foi eleita como a primeira colocada entre todas as hidrelétricas brasileiras no Relatório de Monitoramento da Campanha de Fiscalização de Desempenho das UHEs com Despacho Centralizado Pelo ONS. O relatório dividiu o acompanhamento em: Gestão de Manutenção, Gestão da Operação, Meio Ambiente, Segurança de Barragem e Indicadores de Desempenho. O resultado veio coroar um intenso processo envolvendo otimização, aperfeiçoamento e modernização de equipamentos, e consolidação da estratégia. A Usina alcançou 97,6% de disponibilidade das unidades geradoras - principal indicador de uma hidrelétrica, sendo o melhor desempenho, desde a sua entrada em operação.

Além da excelência operacional, Lajeado continuou apresentando resultados muito satisfatórios em segurança, alcançando 9,7 anos sem acidentes de trabalho para o quadro próprio e 7,2 anos sem acidentes para contratados - o tema foi intensificado com a implementação de novas metodologias e acompanhamentos. A Escola da Geração, implementada no passado, continuou sendo foco técnico. A rotina de visitas à Usina foi intensificada, superando as 2.000 realizadas no último ano, atendendo a rede educativa do Estado e a população em geral. A Investco, com apoio do Instituto EDP, patrocinou projetos sociais, esportivos e culturais que beneficiaram mais de 1.200 jovens e crianças de escolas públicas, fomentando o protagonismo infantil-juvenil, além do projeto "hortas hidropônicas", que gerou trabalho e renda para mais de 40 famílias de Miracema. Investimentos sociais como esses colocam a EDP como referência no ranking do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3).

O ano de 2019 significou o fim de uma década, marcada não apenas pelo crescimento das ações e do impacto social da Investco no Tocantins, mas também pelos investimentos que contribuíram positivamente para o impacto econômico e geração de valor para o Estado e País. Em 2020, será mantido o compromisso de melhoria contínua e segurança no trabalho, com foco no aperfeiçoamento do relacionamento com os stakeholders e na valorização da nossa cultura, peça-chave para Lajeado.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pela dedicação e comprometimento de sempre.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.424,7 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2019 a energia gerada foi de 2.881,5 GWh, 20,0% inferior aos 3.603,6 GWh gerados em 2018 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade média anual de 98,2%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 97,6% (apurada com base nos últimos 60 meses), maior valor do índice no histórico da usina e superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 92,2%.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2019	2018	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.142.690	1.131.991	0,9%
Patrimônio líquido	R\$ mil	919.645	895.878	2,7%
Dívida líquida	R\$ mil	54.458	91.550	-40,5%
Dívida líquida/Patrimônio líquido	vezes	0,06	0,10	-42,1%
Dívida líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	0,35	0,80	-56,8%
DRE				
Receita Líquida	R\$ mil	188.053	144.888	29,8%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	(70.142)	(82.487)	-15,0%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(1.514)	(1.439)	5,2%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	116.397	60.962	90,9%
EBITDA	R\$ mil	157.190	114.210	37,6%
Resultado financeiro	R\$ mil	(24.702)	(19.145)	29,0%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	91.695	41.817	119,3%
Lucro líquido	R\$ mil	72.076	37.918	90,1%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	83,6%	78,8%	4,8%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	38,3%	26,2%	12,2%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2019	2018	var. %
Receita operacional líquida	188.053	144.888	29,8%
Gastos não gerenciáveis	(1.514)	(1.439)	5,2%
Energia elétrica comprada para revenda	(51)	198	-125,8%
Encargos de uso da rede elétrica	(1.459)	(1.633)	-10,7%
Margem bruta	186.539	143.449	30,0%
Gastos gerenciáveis	(70.142)	(82.487)	-15,0%
Total PMSO	(29.349)	(29.239)	0,4%
Pessoal	(14.840)	(14.312)	3,7%
Materiais	(1.028)	(931)	10,4%
Serviços de terceiros	(10.565)	(10.343)	2,1%
Arrendamentos e aluguéis	(67)	(398)	-83,2%
Provisões e contingências	620	1.388	-55,3%
Outros gastos gerenciáveis	(3.469)	(4.643)	-25,3%
Depreciação e amortização	(40.793)	(53.248)	-23,4%
Depreciação	(42.132)	(50.369)	-16,4%
Amortização	1.339	(2.879)	-146,5%
Resultado do serviço (EBIT)	116.397	60.962	90,9%
EBITDA	157.190	114.210	37,6%
Margem EBITDA	83,6%	78,8%	6,0%
Resultado financeiro líquido	(24.702)	(19.145)	29,0%
Receitas financeiras	2.798	1.616	73,1%
Despesas financeiras	(27.500)	(20.761)	32,5%
LAIR	91.695	41.817	119,3%
Imposto de renda e contribuição social	(19.619)	(3.899)	403,2%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.891)	(7.101)	194,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.272	3.202	-60,3%
Lucro líquido	72.076	37.918	90,1%

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2019 (R\$ mil)	2018 (R\$ mil)				
Receita líquida (RL)	188.053,00	144.888,00				
Resultado operacional (RO)	116.395,00	60.962,00				
Folha de pagamento bruta (FPB)	13.275,93	11.137,00				
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	922,36	6,95%	7,89%	0,61%		
Encargos sociais compulsórios	2.631,24	19,82%	1,40%	2.597,89	23,33%	1,79%
Previdência privada	374,22	2,82%	0,20%	305,85	2,75%	0,21%
Saúde	590,93	4,45%	0,31%	725,46	6,51%	0,50%
Segurança e saúde no trabalho	47,33	0,36%	0,03%	48,85	0,44%	0,03%
Educação	11,17	0,08%	0,01%	20,59	0,18%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	233,00	1,76%	0,12%	241,17	2,17%	0,17%
Capacitação e desenvolvimento profissional	169,66	1,28%	0,09%	37,68	0,34%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	34,07	0,26%	0,02%	41,28	0,37%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	1.266,27	9,54%	0,67%	1.064,98	9,56%	0,74%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	36,86	0,28%	0,02%	31,67	0,28%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	6.317,10	47,58%	3,36%	5.994,69	53,83%	4,14%
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação	120,00	0,10%	0,06%	75,10	0,12%	0,05%
Cultura	1.231,50	1,06%	0,65%	1.125,95	1,85%	0,78%
Saúde e saneamento	481,11	0,41%	0,26%	486,80	0,80%	0,34%
Esporte	404,27	0,35%	0,21%	513,77	0,84%	0,35%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	23,88	0,04%	0,02%
Outros	157,94	0,14%	0,08%	157,94	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	2.394,82	2,06%	1,27%	2.225,50	3,65%	1,54%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	2.394,82	2,06%	1,27%	2.225,50	3,65%	1,54%
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	2.704,27	2,32%	1,44%	5.145,26	8,44%	3,55%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente*	2.704,27	2,32%	1,44%	5.145,26	8,44%	3,55%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

5- Indicadores do Corpo Funcional

	2019	2018
Nº de empregados(as) ao final do período	65	67
Nº de admissões durante o período	5	2
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	63	63
Nº de estagiários(as)	0	0
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	9	ND
Nº de mulheres que trabalham na empresa	14	16
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%	0%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	5	5
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0	0

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2019	2018
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11,67	11,72
Número total de acidentes de trabalho	0	0

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

	2019	2018
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa: NA	no Procon: NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: NA	no Procon: NA

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

	2019	2018
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 26% acionistas: 25% colaboradores: 8% retido: 22% terceiros: 18%	governo: 22% acionistas: 25% colaboradores: 14% retido: 15% terceiros: 23%

7 - Outras Informações

N/A - Não Aplicável.

*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção.

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 188,1 milhões em 2019, aumento de 29,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 43,2 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada, sendo que, no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 1,5 milhões no ano de 2019, 5,2% maior que o período anterior.

O **Total de PMSO** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 29,4 milhões no ano de 2019, em linha com o ano de 2018.

No ano de 2019 o **EBITDA** alcançou R\$ 157,2 milhões, valor 37,6% superior ao alcançado no ano de 2018, devido à maior receita de arrendamento do período. A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 40,8 milhões, 23,4% inferior ao ano de 2018 em decorrência da finalização de depreciação antecipada de equipamentos que foram cedidos para a construção da linha de transmissão da Taesa.

O **Resultado Financeiro Líquido** piorou R\$ 5,6 milhões, 29,0% superior em relação a 2018, principalmente em função do Ajuste de Valor Presente (AVP) das ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" (consideradas como encargos de dívidas de acordo com o CPC 39).

No ano de 2019, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 72,1 milhões, 90,1% superior frente ao mesmo período do ano anterior, decorrente, principalmente do aumento da remuneração do Arrendamento, bem como da finalização da depreciação acelerada da linha de transmissão da Taesa em 2018.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2019 totalizaram R\$ 15,3 milhões sendo: R\$ 0,5 milhões em edificações, obras civis e benfeitorias, R\$ 14,7 milhões em máquinas e equipamentos e R\$ 0,1 milhões em outros, 95,0% superior ao ano de 2018.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2019	2018	var. %
(+) Dívida bruta	92,320	93,311	-1,1%
(-) Disponibilidades	-37,862	-1,761	2050,0%
(=) Dívida líquida	54,458	91,550	-40,5%

ENDIVIDAMENTO

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 92,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 37,9 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 54,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, decréscimo de 40,5% em relação ao ano de 2018. Essa variação ocorreu, em maior parte, afetado pela depreciação acelerada em 2018, além da melhora do Lucro Operacional da empresa, além do aumento de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio em 2019.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14.001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2019 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2019, foram aportados mais de R\$ 1,3 milhão entre gastos e investimentos voltados a proteção ambiental.

Em 2019, a UHE Lajeado foi apontada pela ANEEL como a melhor usina do Brasil, entre as mais de 100 usinas avaliadas pelo órgão regulador após campanha de fiscalização realizada em 2018. A hidrelétrica da EDP Brasil obteve nota 99,55 no ranking geral das usinas, tendo conquistado nota máxima, de 100 pontos, nos critérios Segurança, Meio Ambiente, Gestão de Operação e Gestão de Manutenção.

Além disso, a Investco recebeu da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, pela terceira vez, o prêmio Empresário Amigo do Esporte, sendo apontada como a organização que mais apóia o esporte no Tocantins.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, além dos atendimentos formais e presenciais, a Investco mantém uma Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa e a usina.

Publicações em Jornais e Diário Oficial: Por meio dos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.

Comerciais via rádio: Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na rádio CBN com foco institucional e informativos com temas pontuais como preservação ambiental e prevenção e combate às queimadas.

Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina. Acompanhados por técnicos das áreas de comunicação ou segurança do trabalho, os visitantes assistem a um vídeo em 3D que demonstra todo o funcionamento da usina e a outro com orientações de segurança. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de duas mil pessoas de diferentes locais do país, conheceram a usina.

Eventos externos: A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco apoia uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes e espectadores conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Programa EDP nas Escolas: O programa investe em ações que contribuam para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental.

Em 2019 duas escolas participaram do Programa: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sebastião Sales, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noleto, de Miracema. Foram beneficiados 680 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo o livro "Os Heróis e os desafios do meio ambiente" que disseminou temas relacionados aos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, os educadores participaram da oficina "Desenvolvendo Habilidades Socioemocionais" com ênfase em Metodologias Ativas e ODS. O Concurso Arte com Energia 2019, motivou alunos e professores a refletirem sobre o tema "Nossa energia para construir um mundo melhor" utilizando a expressão artística fotografia de intervenções sociais, culturais ou ambientais como mecanismo desencadeador de reflexão sobre os ODS. As escolas também receberam a Cia. Os Kaco, com o espetáculo teatral "Transformando nosso mundo".

Projeto Aprender e Crescer: Desenvolvido pela Associação Atlética Atenas, beneficiou 300 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas, Miracema e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio-atletivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida e oferece reforço escolar aos participantes.

</

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		3	37.862	1.761
Concessionárias		4	2.130	1.914
Rendas a receber		5	16.577	12.682
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		6	8.679	12.306
Outros tributos compensáveis		6	1.394	1.235
Estoques		9	6.932	5.953
Prêmio de risco - GSF		10	48	48
Outros créditos		11	165	1.449
Total do Ativo Circulante			73.787	37.348
Não circulante				
Depósitos vinculados		19	672	635
Prêmio de risco - GSF		10	395	443
Outros créditos		11	664	175
			1.731	1.253
Imobilizado		12	1.043.808	1.081.565
Intangível		13	23.364	11.825
			1.067.172	1.093.390
Total do Ativo Não circulante			1.068.903	1.094.643
TOTAL DO ATIVO			1.142.690	1.131.991

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	2019	2018
Receitas		21	188.053	144.888
Custo da produção e do serviço de energia elétrica		22		
Custo do serviço de energia elétrica			(1.514)	(1.439)
Custo de operação			(57.527)	(69.539)
			(59.041)	(70.978)
Lucro bruto			129.012	73.910
Despesas e Receitas operacionais		22		
Despesas gerais e administrativas			(11.430)	(12.446)
Outras despesas e receitas operacionais			(1.186)	(502)
			(12.616)	(12.948)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos			116.396	60.962
Resultado financeiro		23		
Receitas financeiras			2.798	1.616
Despesas financeiras			(27.500)	(20.761)
			(24.702)	(19.145)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			91.694	41.817
Tributos sobre o lucro		24		
Imposto de renda e contribuição social correntes			(20.891)	(7.101)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			1.272	3.202
			(19.619)	(3.899)
Lucro líquido do exercício			72.075	37.918
Resultado por ação atribuível aos acionistas		25		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			0,13080	0,06582
ON			0,01223	0,01223
PNR			0,13080	0,06582
PNA			0,03669	0,03669
PNB			0,13080	0,06582
PNC				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)		2019	2018
Lucro líquido do exercício			72.075
Outros resultados abrangentes			37.918
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego		(344)	(74)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		117	25
		(227)	(49)
Resultado abrangente do exercício		71.848	37.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)		2019	2018
Geração do valor adicionado		228.364	167.894
Receita operacional		207.495	159.953
Receita relativa à construção de ativos próprios		20.869	7.925
Outras receitas			16
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(37.287)	(23.338)
Custos da energia comprada		(61)	214
Encargos de uso da rede elétrica		(1.608)	(1.799)
Materiais		(6.258)	(4.294)
Serviços de terceiros		(26.641)	(14.079)
Outros custos operacionais		(2.719)	(3.380)
Valor adicionado bruto		191.077	144.556
Retenções			
Depreciações e amortizações		(40.987)	(53.381)
Valor adicionado líquido produzido		150.090	91.175
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		2.960	1.799
Valor adicionado total a distribuir		153.050	92.974
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		10.087	10.499
Benefícios		2.226	2.273
FGTS		637	523
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		40.286	19.780
Estaduais		39	663
Municipais		132	150
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		27.500	20.761
Aluguéis		67	407
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		38.645	23.688
Lucros retidos		33.431	14.230
		153.050	92.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWh.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$5.173, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$50.189 (R\$49.296 em 31 de dezembro de 2018). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade à seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 26.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do déficit/superávit atuarial, conforme nota 17.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 11.1); Determinação da receita com arrendamento (Notas 5 e 21); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 19.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 19.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores		14	3.320	5.486
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		6	998	
Outros tributos a recolher		6	3.138	6.100
Dividendos		15	8.634	22.910
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		16	1.807	5.529
Benefícios pós-emprego		17	33	31
Uso do bem público		18	5.181	4.998
Provisões		19	5.368	5.465
Outras contas a pagar		11	3.097	3.351
Total do Passivo Circulante			31.576	53.870
Não circulante				
Tributos diferidos		7	32.832	34.222
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		16	90.513	87.782
Benefícios pós-emprego		17	1.393	906
Uso do bem público		18	45.008	44.298
Provisões		19	20.343	14.207
Outras contas a pagar		11	1.381	828
Total do Passivo Não circulante			191.470	182.243
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		20.1	804.459	804.459
Reservas de capital		20.3	14.473	14.473
Reservas de lucros		20.3	100.615	76.622
Outros resultados abrangentes		20.4	97	324
Total do Patrimônio líquido			919.644	895.878
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.142.690	1.131.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)		Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			91.694	41.817
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos			(1)	11
Depreciações e amortizações			40.793	53.248
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			2.801	2.291
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos			1.777	1.888
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos			16.723	12.628
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			6.027	6.419
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP			269	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				125
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			2.967	(665)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			699	564
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária e AVP			(850)	45
Amortização do prêmio de risco - GSF			48	48
Outros			145	(244)
			163.092	118.175
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias			(216)	(611)
Imposto de renda e contribuição social a compensar			(1.288)	(1.788)
Outros tributos compensáveis				(932)
Estoques			(979)	(460)
Cauções e depósitos vinculados			(5)	344
Rendas a receber			(3.895)	2.938
Outros ativos operacionais			795	(2.747)
			(5.588)	(3.256)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores			(2.166)	2.640
Outros tributos a recolher			(2.135)	(5.143)
Benefícios pós-emprego			(4)	4
Provisões			(7.765)	(5.042)
Uso do bem público			(5.134)	(4.720)
Outros passivos operacionais			(2.463)	773
			(19.667)	(11.488)
Caixa proveniente das atividades operacionais			137.837	103.431
Imposto de renda e contribuição social pagos			(20.915)	(69.289)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			116.922	34.142
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao Imobilizado e Intangível			(6.358)	(6.145)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(6.358)	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os efeitos desta adoção estão reconhecidos nas notas de Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo (Nota 11), Imobilizado (Nota 12), Gastos Operacionais (Nota 22) e Resultado financeiro (Nota 23).

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPCs em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (*Conceptual Framework*), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica a determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	1.019	241
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	36.843	1.520
Total	36.843	1.520
	37.862	1.761

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% a 100,05% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

4 Concessionárias

	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	500	518
Energia de curto prazo	1.570	1.340
Encargos de uso da rede elétrica	60	56
Total	2.130	1.914

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.4.

5 Rendas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Lajeado Energia	12.102	9.258
Paulista Lajeado	1.160	888
CEB Lajeado	3.315	2.536
Total	16.577	12.682

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 8).

Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)

	31/12/2019	31/12/2018
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)		
EDP - Energias do Brasil		
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)		
EDP - Energias do Brasil		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)		
EDP - Energias do Brasil		
Contrato de prestação de serviços (d)		
EDP PCH		
Reembolso de prêmio de seguro		
EDP Espírito Santo		
Porto do Pecém		
EDP São Paulo		
EDP - Energias do Brasil		
Total	16.774	12.872

(*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco e EDP Varejista considerando os mesmos critérios adotados anteriormente.

(c) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Este contrato não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *BackOffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

(d) **Contrato de prestação de serviços:**
EDP PCH

O instrumento tinha por objetivo a contratação dos seguintes serviços: (i) suporte de engenharia da manutenção da UHE Lajeado; (ii) do gerenciamento do sistema elétrico e de interface e representação entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e (iii) suporte e questões relativas ao meio ambiente e regularização fundiária.

EDP Comercializadora

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 1º de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2019				2018			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	865	76	150	1.091	799	76	150	1.025
Benefícios de curto prazo (b)	20	76	150	20	45	76	150	45
Total	885	152	300	1.111	844	76	150	1.070

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

8.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2019			2018		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,00	1,00	5,00	2,92	1,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	370	51	30	249	76	30
Valor da menor remuneração individual	236	25	30	156	76	30
Valor médio da remuneração individual	295	76	30	289	76	30

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento (Nota 2.7.1), pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários.

Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 21), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2018 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no IPCA para o exercício de 2019 refletido no CA; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2019 em relação ao exercício anterior de 0,16 p.p..

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em		Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em
	31/12/2018	Adição					
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12.306	-	850	20.546	(5.717)	(19.306)	8.679
Total Circulante	12.306	-	850	20.546	(5.717)	(19.306)	8.679
Outros tributos compensáveis							
ICMS	26	-	-	-	-	(11)	15
PIS e COFINS	-	900	-	-	-	(900)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.091	386	-	-	-	(219)	1.258
Outros	118	2	-	-	-	1	121
Total Circulante	1.235	1.288	-	-	-	(1.129)	1.394
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	20.891	-	(369)	-	(19.524)	998
Total Circulante	-	20.891	-	(369)	-	(19.524)	998
Outros tributos a recolher							
ICMS	35	1.091	-	(1.104)	-	(11)	1
PIS e COFINS	1.190	19.355	-	(16.946)	(1.191)	(900)	1.508
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	96	445	-	(468)	-	-	73
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	4.526	5.997	(4.648)	(4.526)	-	1.349
Encargos com pessoal	-	253	69	(125)	-	-	197
Total Circulante	6.100	26.957	-	(23.291)	(5.717)	(911)	3.138

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Administração apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$1.349 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2019 a ser liquidado em janeiro de 2020.

7 Tributos diferidos

	Passivo Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	10	11
Imposto de renda e contribuição social	7.1	32.822
Total	32.832	34.211

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e considerando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido		
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
Diferenças temporárias									
Benefício pós-emprego		435	150			285	93		
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		2.415	2.795			(380)	(308)		
Uso do bem público - CPC 25		17.065	16.761	2.863	3.084	525	798		
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1.1			43.582	46.116	2.534	1.848		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		50	167			(234)	(50)	117	25
Licenças ambientais			2.158	6.539	7.475	(1.222)	20		
Outras		290	514	93	81	(236)	801		
Total bruto		20.255	22.545	53.077	56.756	1.272	3.202	117	25
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(20.255)	(22.545)	-	-	(22.545)	(22.545)		
Total		-	-	32.822	34.211	-	-	-	-

7.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 16).

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
	3.308	3.308	3.308	2.444	2.444	5.443	20.255

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições da Instrução CVM nº 371/02 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº01/2019.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.961	(235.319)	459.642	2,00	694.961	(221.420)	473.541
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,24	334.371	(134.460)	199.911	2,34	333.982	(127.541)	206.441
Máquinas e equipamentos	3,12	431.171	(192.850)	238.321	3,02	411.968	(181.627)	230.341
Veículos	14,29	734	(548)	186	14,29	734	(493)	241
Móveis e utensílios	6,25	837	(55)	782	6,37	35	(7)	28
Total		1.579.833	(563.232)	1.016.601		1.556.190	(531.088)	1.025.102
Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,26	529	(292)	237	17,71	8.328	(7.714)	614
Máquinas e equipamentos	10,25	17.560	(10.533)	7.027	20,21	73.603	(61.636)	11.967
Total		18.089	(10.825)	7.264		81.931	(69.350)	12.581
Administração								
Máquinas e equipamentos	12,45	1.458	(912)	546	11,70	1.323	(837)	486
Veículos	14,29	703	(482)	221	14,29	617	(391)	226
Móveis e utensílios	6,25	815	(231)	584	6,25	841	(368)	473
Total		2.976	(1.625)	1.351		2.781	(1.596)	1.185
Total do imobilizado em serviço		1.600.898	(575.682)	1.025.216		1.640.902	(602.034)	1.038.868
Ativos de direito de uso (Nota 12.1.2)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	45,02	865	(288)	577				
Veículos	50,00	235	(118)	117				
Total Ativos de direito de uso		1.100	(406)	694				
Imobilizado em curso								
Geração		17.898		17.898		42.476		42.476
Administração						221		221
Total do imobilizado em curso		17.898		17.898		42.697		42.697
Total do imobilizado		1.619.896	(576.088)	1.043.808		1.683.599	(602.034)	1.081.565

12.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº 04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora. Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa.

Conforme contrato de concessão, a transferência dos ativos para Taesa e respectiva depreciação dos ativos, estava prevista para ocorrer até dezembro de 2019. Em julho de 2018, a Companhia recebeu notificação da Taesa informando a expectativa da antecipação da transferência dos bens para o mês de junho de 2019, fazendo com que a Companhia alterasse o prazo da depreciação da Linha de Transmissão de dezembro de 2019 para maio de 2019, estando assim depreciada integralmente. A transferência dos bens foi concluída em 31 de outubro de 2019.

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$7.264 (R\$12.581 em 31 de dezembro de 2018) relativos ao bay de conexão da SE da usina à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado.

12.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Notas 2.7.1 e 1.1.1) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à filial da Companhia localizada em São Paulo.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

12.2 Movimentação do imobilizado

	Adoção				Transf. para				Valor líquido 31/12/2019
	Valor líquido Nota 31/12/2018	inicial CPC 06 (R2) (Nota 11.1)	Ingressos	Transf. para imobilizado	Depreciações	Reclassificações	Reversão	Valor líquido 31/12/2018	
Imobilizado em serviço									
Terrenos	114.510			3.249				117.759	
Reservatórios, barragens e adutoras	473.541				(13.899)			459.642	
Edificações, obras civis e benfeitorias	207.055			389	(7.296)			200.148	
Máquinas e equipamentos	242.794			25.351	(20.474)	(1.777)		245.894	
Veículos	467			87	(147)			407	
Móveis e utensílios	501			964	(99)			1.366	
Total do imobilizado em serviço	1.038.868			30.040	(41.915)	(1.777)		1.025.216	
Ativos de direito de uso	12.1.2								
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.756	44		(288)		(935)	577	
Equipamentos de informática	-	19			(6)	(13)		-	
Veículos	-	236			(119)			117	
Total Ativos de direito de uso	-	2.011	44		(413)	(13)		694	
Imobilizado em curso									
Terrenos				(3.249)				-	
Reservatórios, barragens e adutoras (*)	3.202					3.249		-	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-			(389)				-	
Máquinas e equipamentos	15.057		5.590	(25.351)	(2)	8.207		3.501	
Adiantamento a fornecedores	3.137				(1.003)	(1.235)		899	
Depósitos Judiciais	19.1.1.1	16.387				(3.249)		13.138	
Outros	4.914		624	(1.051)	(6)	(4.121)		360	
Total do imobilizado em curso	42.697		6.214	(30.040)		(1.011)		38	
Total do imobilizado	1.081.565	2.011	6.258		(42.328)	(2.801)		1.043.808	

(*) Do montante de R\$4.694, R\$4.417 refere-se a revisão de estimativas de licenças ambientais (Nota 19.2).

13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(73)	5	20,00	78	(68)	10
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	22.655	(8.343)	14.312	25,42	8.100	(6.041)	2.059
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(11.715)	8.422	3,22	20.137	(11.068)	9.069
Total		42.870	(20.131)	22.739		28.315	(17.177)	11.138
Sistema de transmissão de conexão (Nota 12.1.1)								
Servidão permanente					39,40	111	(92)	19
Total						111	(92)	19
Administração								
Software	20,00	1.208	(968)	240	20,00	1.989	(1.762)	227
Total do intangível em serviço		44.078	(21.099)	22.979		30.415	(19.031)	11.384
Intangível em curso								
Administração		385		385		441		441
Total do intangível em curso		385		385		441		441
Total do intangível		44.463	(21.099)	23.364		30.856	(19.031)	11.825

13.2 Movimentação do intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Valor líquido Nota 31/12/2018	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Valor líquido 31/12/2019	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2019
Intangível em serviço								
Software	237		118		(110)		245	
Servidão permanente	19				(19)		-	
Direito de concessão - Licenças ambientais	2.059		14.555		(2.302)		14.312	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.2.1	9.069			(647)		8.422	
Total do intangível em serviço	11.384		14.673		(3.078)		22.979	
Intangível em curso								
Software	441	14.655	(14.673)		(38)		385	
Total do Intangível em curso	441	14.655	(14.673)		(38)		385	
Total do Intangível	11.825	14.655			(3.078)		23.364	

13.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

14 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Encargos de uso da rede elétrica	60	181
Materiais e serviços	3.260	5.305
Total	3.320	5.486

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos; quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios; quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais; quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores; quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2018		Dividendos Adicionais		Intermediários		JSCP		Pagamentos não realizados		Saldo em 31/12/2019
	31/12/2018	Adicionais	Intermediários	JSCP	Pagamentos	não realizados					
Passivo											
Lajeado Energia	14.698	6.889	5.440	19.355	(42.109)					4.273	
CEB Lajeado	4.027	1.887	1.490	5.303	(11.536)					1.171	
Paulista Lajeado Energia	1.409	661	522	1.856	(4.038)					410	
Acionistas não controladores (*)	2.776					4				2.780	
Total	22.910	9.437	7.452	26.514	(57.683)					4.863	

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

Dividendos adicionais do exercício de 2018

Foi aprovada em AGO, realizada em 25 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Foram distribuídos: (i) JSCP, imputáveis aos dividendos, no valor de R\$30.190, sendo R\$23.688 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$6.502 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2018 conforme Resolução RCA de 21 de dezembro de 2018; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$12.334, sendo R\$9.437 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$2.897 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 16.2.1). O JSCP e os dividendos foram pagos integralmente nos dias 21 e 22 de maio e 28 de agosto de 2019.

Dividendos e JSCP Intermediários

Em 19 de novembro de 201

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, o qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interps recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. O recurso da União não foi admitido, tendo a ação transitada em julgado em 03 de junho de 2019. O processo encontra-se encerrado em 31 de dezembro de 2019 (RS628 em 31 de dezembro de 2018).

19.1.2.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e fiscal em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$15 (R\$130 em 31 de dezembro de 2018).

19.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$2.704 (R\$5.145 em 2018). Para 2019, a totalidade deste montante (R\$4.801 em 2018) refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados. Adicionalmente, em 2018, também houve R\$344 de gastos relativos ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Licenças ambientais								
Circulante	5.465	5.441	(2.704)	401	884	298	(4.417)	5.368
Não circulante	883	9.114			(884)			9.113
Total	6.348	14.555	(2.704)	401	-	298	(4.417)	14.481

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 16). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2019 face a 31 de dezembro de 2018. Segue a composição do Capital social:

	31/12/2019 e 31/12/2018									
	Em milhares de ações									
	Qtd de ações "ON"	% Partici- pação	Qtd de ações "PNR"	% Partici- pação	Qtd de ações "PNA"	% Partici- pação	Qtd de ações "PNB"	% Partici- pação	Qtd de ações "PNC"	% Partici- pação
Acionistas										
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00	133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00	46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00	490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45			6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13			1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00
									786.406	100,00

20.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
 - o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido apurado no exercício		72.075	37.918
Constituição da reserva legal - 5%	20.3	(3.604)	(1.896)
		68.471	36.022

Destinação do lucro

	15	38.645	23.688
Dividendos intermediários - JSCP		29.826	12.334
Lucro do exercício a deliberar	20.3	68.471	36.022

	0,05266	0,05112
Dividendos por ação ON - JSCP		0,01223
Dividendos por ação PNR - JSCP	0,01223	0,01223

20.3 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de capital		14.473	14.473
Ágio na emissão de ações	20.3.1	14.473	14.473

	20.2	52.530	48.926
Reservas de lucros		5.341	2.444
Legal	20.3.2		
Retenção de lucros	20.3.3		

	e 20.2	29.826	12.334
Lucro do exercício a deliberar	20.3.4	12.918	12.918
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		100.615	76.622
		115.088	91.095

Total

20.3.1 Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

20.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$2.897 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 16.2.

20.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

20.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

20.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Perdas	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2019
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	490	(344)		146
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(166)		117	(49)
	324	(344)	117	97

21 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

- Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

- Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2019	2018	2019	2018
Suprimento de energia elétrica		35.517	34.793	7.082	6.424
Energia de curto prazo		3.502	3.468	785	669
Arrendamentos e aluguéis	5			198.930	152.188
Outras receitas operacionais				698	672
Receita operacional bruta		39.019	38.261	207.495	159.953

(-) Deduções à receita operacional				(19.193)	(14.796)
PIS/COFINS				(69)	(82)
P&D				(152)	(184)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(28)	(23)
Taxa de fiscalização				-	(19.442)
				-	(15.065)
Receitas		39.019	38.261	188.053	144.888

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2019				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		51			51
Encargos de uso da rede elétrica		1.459			1.459
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.1		9.152	5.688	14.840
Material			931	97	1.028
Serviços de terceiros	22.2		6.562	4.003	10.565
Depreciação - Imobilizado em serviço			41.410	321	41.731
Depreciação - Ativos de direito de uso				401	401
Amortização		(1.448)		109	(1.339)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1			(620)	(620)
Arrendamentos e aluguéis	22.3			67	67
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					1.777
Outras		4	920	744	29
Total		1.514	57.527	11.430	1.186
					71.657

	Nota	Custo do serviço		2018		
		Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda		(198)				(198)
Encargos de uso da rede elétrica		1.633				1.633
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.1		8.834	5.478		14.312
Material			787	144		931
Serviços de terceiros	22.2		6.270	4.073		10.343
Depreciação - Imobilizado em serviço			48.642	1.727		50.369
Amortização			2.752	127		2.879
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1.1				(1.388)	(1.388)
Arrendamentos e aluguéis	22.3			398		398
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						1.888
Outras		4	2.254	499		2.759
Total		1.439	69.539	12.446	502	83.926

22.1 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração		7.417
Encargos		2.498
Previdência privada - Corrente		384
Benefício pós-emprego - Previdência Privada		242
Despesas rescisórias		120
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		1.247
Outros benefícios - Corrente		1.761
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial		54
	13.481	13.141

Administradores		
Honorários e encargos		1.334
Benefícios dos administradores		25
	1.359	1.171
	14.840	14.312

22.2 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria		1.475
Serviços de manutenção		4.586
Serviços de limpeza e vigilância		1.308
Serviços ambientais		437
Serviços de informática		1.221
Serviços de publicação e publicidade		465

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	3.320	5.486	3.320	5.486
Uso do bem público	18	Nível 2	45.227	41.385	50.189	49.296
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16					
Moeda nacional		Nível 2	96.507	88.954	92.320	93.311
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	1.027	828	1.027	828
Arrendamentos e alugueis	11.1	Nível 2	1.015	1.015	1.015	1.015
			147.096	136.653	147.871	148.921

26.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Para apuração do reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o valor original para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

26.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

26.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentem saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público e dos Empréstimos e financiamentos diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

26.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

26.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas direções distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão de Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

26.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do fundo, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco exposição	Aging cenário provável					31/12/2019		
		Saldo da exposição	Cenário (I) Até 1 ano	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%	Total	Total
Aplicação financeira - CDB	CDI	36.843	2.869	2.869	745	1.502	(734)	(1.457)	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	36.843	2.869	2.869	745	1.502	(734)	(1.457)	

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 4,1% e 6,4% a.a.

26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2019						31/12/2018	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total	Total
Fornecedores	2.956	274	90	1.027		3.320	1.027	5.486
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.807	13.057	77.456	92.320	93.311
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				3.457	22.502	22.506	50.189	49.296
Uso do bem público	393	1.331						
Arrendamentos e alugueis	55	110	497	353		1.015	1.015	
	3.404	1.715	5.851	36.939	99.962	147.871	148.921	

26.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Luiz Otávio Assis Henriques Conselheiro	Edison Antônio Costa Britto Garcia Conselheiro
--	---	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente, de Relações com Investidores e Administrativo	João Marcos Assis da Silva Diretor Vice-Presidente	Plácido Gonçalves Meirelles Junior Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação
Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Vice-Presidente de Controle	Rodolfo Colli da Cunha Diretor Vice-Presidente	Vitor Hugo Alexandrino da Silva Diretor Financeiro

CONSELHO FISCAL

Alain Brasil Bertrand Júnior Conselheiro	Felipe Ha Jong Kim Conselheiro	João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro
Alexandre Guimarães Conselheiro	Ademir José Scarpin Conselheiro	

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade - Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO
---	--

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020 às 11:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, manifestamos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados do referido exercício.

ALLAIN BRASILE BERTRAND JÚNIOR Conselheiro Eletivo	JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA Conselheiro Eletivo	FELIPE HA JONG KIM Conselheiro Eletivo	ADEMIR JOSÉ SCARPIN Conselheiro Eletivo	ALEXANDRE GUIMARÃES Conselheiro Eletivo
--	---	--	---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Investco S.A. Miracema do Tocantins - TO

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

26.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência *Fitch Ratings* (ou equivalente para as agências *Moody's* ou *Standard & Poor's*). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Classificação da instituição financeira			
AAA		18.025	1.520
AA		18.818	
		3	36.843
		1.520	1.520

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

26.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos	92.320	93.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(37.862)	(1.761)
Dívida líquida	54.458	91.550
Total do Patrimônio Líquido	919.644	895.878
Total do capital	974.102	987.428
Índice de alavancagem financeira - %	5,59%	9,27%

27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

27.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2019		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2019
		Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento						
Dividendos	15	22.910	(57.679)			43.403
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	93.311	(16.396)		7.451	84.316
Arrendamentos e alugueis	11.1	-	(388)	111	158	1.134
		116.221	(74.463)	111	7.609	52.491
						101.969

	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2018
				Adições/baixas	Outros	